

CADERNO DE TESES



16º Congresso **do SINDSEP-DF**

FILIADO A
CUT
E A CONDESEF

14 a 16 de março de 2019

**UNIDADE PARA DERROTAR A
REFORMA DA PREVIDÊNCIA!**

**Valorizar o servidor é defender
a nação e o serviço público
para todos!**

2	APRESENTAÇÃO
3	TESE “UNIDADE PARA DERROTAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA! VALORIZAR O SERVIDOR É DEFENDER A NAÇÃO E O SERVIÇO PÚBLICO PARA TODOS!”
17	CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE I INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E RESISTÊNCIA SINDICAL. DIGNIDADE PARA SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
26	CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE II SINDSEP-DF - 16º CONGRESSO TESE DA DIRETORIA CONTRIBUIÇÃO DO GIND
35	CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE III PROPOSTA DE CONTRIBUIÇÃO AO CONGRESSO DO SINDSEP-DF
39	ANEXO I SUGESTÃO DE MOÇÃO
40	ANEXO II MODELO DE ATA
42	ANEXO III EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO 16º CONGRESSO DO SINDSEP-DF

APRESENTAÇÃO

A presente publicação reúne uma série de documentos que subsidiarão as discussões tanto nas assembleias de base que elegem os delegados ao 16º Congresso do Sindsep-DF, quanto no próprio congresso marcado para os dias 14, 15 e 16 de março.

Entre estes documentos, estão a tese **“Unidade para derrotar a reforma da previdência! Valorizar o servidor é defender a nação e o serviço público para todos!”**, assinada pela diretoria do Sindsep-DF e diversos delegados sindicais; e a contribuição ao debate **“Independência de classe e resistência sindical. Dignidade para servidores e usuários dos serviços públicos”**; além de sugestão de moção para aprovação nas assembleias; do modelo de ata; e do Edital de Convocação do congresso.

É importante ressaltar que as assembleias eletivas e o congresso acontecem num momento em que os direitos e conquistas dos trabalhadores estão sob forte ameaça. Assim, mais do que nunca, é de grande importância a organização e a unidade de todos os servidores para a construção da luta em defesa de seus direitos e para o avanço em suas conquistas.

Boas assembleias!
Bom Congresso a todos!

Oton Pereira Neves
Secretário-Geral do Sindsep-DF

Brasília, 25 de janeiro de 2019

Unidade para derrotar a reforma da previdência!

**Valorizar o servidor é defender a
nação e o serviço público para todos!**

1 - Conjuntura internacional

A instabilidade é a marca da situação. Num mercado mundial em crise persistente, as multinacionais guerreiam entre si por matérias primas, por fontes de energia, por fatias dos mercados, atropelando todos os tratados comerciais e regulamentações existentes.

Sob o governo Trump, e para defender os interesses de suas próprias multinacionais, os EUA são levados a desfechar uma ofensiva contra seus próprios aliados da OTAN e da União Europeia, agravando a crise em que se afundam os governos europeus, expressa, por exemplo, no Brexit.

Os anúncios muitas vezes caóticos de Trump inscrevem-se nessa perspectiva. Os EUA têm que sair de todas as alianças que sufocam e limitam o imperialismo mais poderoso no mercado mundial.

Em nível mundial, o capital lança-se numa ofensiva para abolir todos e cada um dos direitos arrancados pelos trabalhadores em décadas de luta. A previdência social, particularmente, é um alvo em toda parte.

As arremetidas estadunidenses podem levar à desagregação, a qualquer momento, de um país ou mesmo de todo um continente.

Essas são as condições gerais da nova situação mundial. Na América Latina, ela se traduz por uma violenta ofensiva do imperialismo estadunidense (acentuada agora por Trump mas iniciada antes por Obama) para recuperar o terreno

que havia perdido nos últimos 20 anos.

Na resistência a essa ofensiva, a população trabalhadora do México elegeu presidente, em julho, Lopez Obrador, uma derrota para a política de Trump.

Depois do golpe de 2016 e a instauração, com Bolsonaro, de um regime de tipo bonapartista jurídico-militar no Brasil a ofensiva

“Os EUA usam o pretexto das “razões humanitárias” para se apoderar diretamente de recursos naturais - em particular o petróleo

contra a América Latrina agora se concentra na tentativa de derrubar pela força o governo da Venezuela.

É inaceitável que os Estados Unidos transformem a América Latina numa terra arrasada, como já fizeram no Iraque, Líbia, Síria... Os EUA usam o pretexto das “razões humanitárias” para se apoderar diretamente de recursos naturais - em particular o petróleo - e colocar sob seu controle novos territórios e mercados. Mas quem vai sofrer com a desestabilização da Venezuela e da região serão os trabalhadores e os povos da própria Venezuela e dos países vizinhos.

Repudiamos toda e qualquer ingerência e intervenção na Venezuela. Em defesa da soberania nacional. Pelo respeito às decisões soberanas, adotadas democraticamente, pelo povo venezuelano. As instituições que organizaram e deram posse à atual Assembleia Nacional – cujo ex-presidente, Juan Guaidó, teleguiado pelos EUA, se auto-proclamou presidente, – são as mesmas que

organizaram as eleições democráticas vencidas por Maduro, em abril de 2018.

2 - Situação Nacional

O período é de resistência aos ataques do novo governo. Ele foi eleito – por meio de uma fraude sobre muitos aspectos – para destruir os serviços públicos, retirar direitos dos trabalhadores – começando pela reforma da previdência – e entregar as riquezas naturais do Brasil - em primeiro lugar o petróleo - às multinacionais, além de abrir caminho para a expansão desenfreada do ruralismo, ameaçando a existência das populações originárias. Tudo para liberar recursos para a especulação que alimenta o sistema capitalista em crise.

Era para isso o golpe de 2016, que derrubou Dilma Rousseff. Não se tratou de um ato isolado por motivos domésticos. Desde então começou a se constituir, com Temer, um regime bonapartista jurídico-militar a serviço do imperialismo. Passados dois anos de resistência, a coalizão golpista, acentuando sua componente militar, logrou impor nova derrota ao povo trabalhador, no 2º turno da eleição presidencial: seu candidato, o ex-capitão deputado de extrema-direita, Bolsonaro, obteve apoio de 39% dos eleitores, contra o candidato do PT, Haddad, que obteve 32%, enquanto 29% do eleitorado se absteve, votou em branco ou nulo. Sua eleição passou pelo desmoronamento das representações políticas tradicionais da burguesia, ele foi o que sobrou para as classes dominantes.

Bolsonaro é um governo autoritário, com forte protagonismo militar (já são 32 os militares de alta patente em postos-chaves do governo) mas não é um governo fascista (embora seja apoiado por grupelhos fascistas, não há um movimento de massas coerente com esse caráter, além do assumido compromisso com as instituições do Estado da qual saiu e pelo programa abertamente antinacional).

O resultado eleitoral foi literalmente fabricado pelas instituições com todo apoio midiático. Impediram a candidatura de Lula, o favorito nas pesquisas, condenando-o sem provas e ignorando leis e jurisprudências para mantê-lo preso. Fizeram vistas grossas às “fake news” da campanha Bolsonaro, ao caixa dois para envio de mensagens em massa ilegais, utilização eleitoral das PMs, coação

patronal ilegal nas empresas e a pregação eleitoral ilegal nos púlpitos. A nomeação de Sergio Moro como Ministro da Justiça, cujas decisões parciais como juiz interferiram diretamente no resultado eleitoral (segundo Mourão ele foi “sondado” para ser ministro ainda durante a campanha!), é a prova explícita de sua atuação política e da perseguição a Lula.

Mas essa violenta ofensiva orquestrada pelo aparato jurídico-midiático-militar, a serviço de interesses do imperialismo, só pode ter eficácia porque houve fragilização da consciência de classe de setores populares - que poderiam votar contra Bolsonaro - mas que acabaram manipulados ou se dispersaram na abstenção, voto branco e nulo (5 milhões mais do que em 2014).

Tem a ver com a experiência ainda não superada dos 13 anos do PT no governo, que, malgrado o legado de conquistas nacionais (pré-sal) e sociais (salário mínimo, os inúmeros programas sociais etc.), adaptou-se ao “presidencialismo de coalisão”, às instituições do Estado subordinado ao imperialismo; não combateu para realizar reformas estruturais (agrária, política, da mídia, judiciária, reestatizações, superávit primário etc.); se acomodou à conciliação de classes e em alianças com oligarquias corruptas; não enfrentou a AP 470 (mensalão), nem a ofensiva da Lava-Jato por largo período. E, ao final, entronizou no governo o ministro Levy (que volta agora com Bolsonaro!) para aplicar um ajuste fiscal.

Nesse momento, a ação dos servidores do DF, com apoio da CUT e da Condsef, manteve acesa a luta pelas reivindicações associada à defesa da democracia, contra o golpe que já então se delineava.

De fato, mobilizações chamadas pela CUT nos dias 8 de março, 13 de março, 7 de abril e 1º de maio de 2015, reuniram centenas de milhares de trabalhadores em todo o Brasil. No dia 13 de março, a CUT e os movimentos sociais, deram o recado: não à retirada de direitos, contra o PL 4330 (da terceirização), e retirada das MP’s 664 e 665 (de Levy) e fizeram o contraponto às manifestações antidemocráticas e pro-imperialistas pelo impeachment que ocorreriam dois dias depois, em 15 de março.

Em 6 de agosto de 2015 uma Marcha a Brasília exigia do governo Dilma a apresentação de proposta para atender nossas reivindicações. Ela foi seguida por um Ato em Brasília, dia 09 de setembro de 2015. Em 23 de setembro, um dia Nacional de Luta, com atos e paralisações e manifestações, nos Estados e em Brasília, coroava a

luta contra os pacotes e a defesa das reivindicações dos servidores. E o governo foi forçado a recuar de sua política inicial e, na mesa de negociações, apresentou uma proposta que os servidores federais puderam aceitar.

Essa dura campanha arrancou conquistas importantes como a recomposição parcial dos salários e a incorporação da média de gratificações de atividade e desempenho aos proventos das aposentadorias no período de 2017 a 2019, ou seja, garantindo a integralidade da remuneração de cerca de 350 mil servidores aposentados e pensionistas do Poder Executivo (conquista histórica).

Mas não houve força suficiente para impedir o golpe e a posse do usurpador Temer que tratou de impor as contrarreformas de interesse dos banqueiros: reversão do regime de partilha do pre-sal; Emenda Constitucional 95 (congelamento dos investimentos nas áreas sociais e dos salários dos servidores públicos); Lei da Terceirização, que precariza as relações de trabalho; Reforma Trabalhista, que decreta o fim da CLT. No estado de exceção que se implantou a militarização avançou com a intervenção no Rio de Janeiro em meio à qual foi assassinada a vereadora do PSOL, Marielle Franco e seu motorista Anderson, crime até hoje impune, e que ceifou uma militante que lutava contra a violência policial no Rio de Janeiro e contra a intervenção militar.

Mas a “mãe de todas as reformas”, a da Previdência foi barrada pela luta dos trabalhadores que, com seus sindicatos e centrais sindicais, realizaram a maior greve geral da história, em 28 de abril de 2017.

“**Não há o que
negociar!
Tirem as
mãos da nossa
aposentadoria!**”

Com Paulo Guedes, Bolsonaro quer continuar e aprofundar o programa do golpe, levado a cabo por Temer, a começar pela Reforma da Previdência. Seus primeiros dias de governo foram marcados por trapalhadas, idas e vindas, declarações desqualificadas. E, até mesmo, por um precoce escândalo de grandes proporções revelando ligações da família com milícias.

Mas nada disso pode desviar os servidores – e os demais trabalhadores – do foco principal: a luta contra a reforma da previdência. Eles já decidiram que vão “aproveitar” o projeto de Temer para saltar a etapa da Comissão Especial no Congresso e ir diretamente a plenário onde seus ataques estariam contidos numa emenda aglutinativa.

A batalha para combater essa contrarreforma deve ocupar um lugar central nas discussões das assembleias de eleição de delegados ao Congresso do Sindsep-DF, inclusive preparando a plenária dos trabalhadores convocada por todas as centrais sindicais para o dia 20 de fevereiro.

Não podemos aceitar de forma alguma a “tática” de apresentar propostas alternativas (nesse congresso que tem maioria de dois terços de deputados reacionários) que já começam a ventilar os setores que querem negociar com o governo.

Vamos nos apoiar na CPI do Senador Paim que provou que não há rombo estrutural no sistema de Seguridade Social. O urgente é cobrar os 450 bilhões devidos pelos patrões. É inaceitável introduzir idade mínima, aumentar o tempo de contribuição e o aporte do trabalhador: quem sai mais prejudicado são os trabalhadores de baixa renda que, normalmente, começam a trabalhar mais cedo. O que é preciso acabar é, sim, com as desonerações em folha. E o malfadado “regime de capitalização” (que já infelicitou os trabalhadores no Chile) vai atingir em cheio a juventude que ficará sem perspectiva de aposentadoria, em particular a juventude proletária. Essa “reforma” é para atacar direitos e abrir terreno para os bancos (previdência privada).

Nossa responsabilidade é trabalhar para criar as condições para uma Greve Geral pela retirada da “reforma” do Congresso, ou pela sua derrota. Certamente não será fácil e nem vão se reproduzir as condições da greve contra Temer em 2017. A tarefa é construir a mais ampla unidade, com todos os trabalhadores e trabalhadoras,

inclusive com os que votaram em Bolsonaro.

Como diz a Resolução da CUT, de outubro de 2018, é preciso combater para trazer de volta os *“trabalhadores e trabalhadoras que não são ‘fascistas’ mas que foram manipulados por uma enxurrada de notícias falsas e também pela grande mídia que esconde a barbárie que é o ex-capitão, um farsante que se diz ‘anti-sistema’ mas que votou a favor de todas as medidas do golpista Temer contra os direitos dos trabalhadores e a soberania nacional, que apoiou as privatizações, a EC 95, a terceirização ilimitada, que acoberta a violência do agronegócio e do latifúndio contra trabalhadores e trabalhadoras rurais!”*

A derrota da contrarreforma da previdência é o que permitirá travar o governo Bolsonaro e abrir caminho para mudar a relação de forças institucional, barrando o conjunto dos ataques, inclusive os ataques à democracia.

3 - Plano de Lutas: Direitos, Democracia e Soberania Nacional

Não temos que nos confundir com cortina de fumaça e questões morais levantadas escandalosamente como foi a tática do candidato na eleição. Já há forte inquietação por conta da desorganização administrativa colocada em marcha pelo governo Bolsonaro. Estaremos na luta para, ombro-a-ombro com todos os servidores e demais trabalhadores, reverter os ataques, defendendo cada direito. O centro da luta é, desde já, barrar a contrarreforma da previdência, ao mesmo tempo que levantamos nossas bandeiras já históricas denunciando os efeitos da EC 95 - cuja revogação defendemos - combatendo as privatizações, a entrega do petróleo às multinacionais e levantando as reivindicações da campanha salarial (ver tópico 5).

“**Todos juntos
contra a Reforma
da Previdência**”

A cada dia que passa fica mais claro que a chamada Lava Jato nem de longe pretendia combater a corrupção mas, sim, trata-se de uma operação para interferir diretamente na política, visando a atacar a principal liderança popular do Brasil para entregar riquezas nacionais às multinacionais e retirar direitos dos trabalhadores.

Uma das primeiras medidas de Bolsonaro, junto com a nomeação de Sergio Moro, foi calar o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). Diante da lama de Flavio Bolsonaro-Queiróz, logo dia 1º de janeiro o decreto que entregou o controle do COAF para Sergio Moro também determinou que as investigações corram sob segredo e os responsáveis do COAF ficam proibidos de dar declarações à imprensa! Logo Moro, o vazador-chefe do judiciário!

Depois, o Banco Central apresentou “proposta em consulta pública” para retirar políticos e seus parentes da lista de monitoramento obrigatório dos bancos e demais instituições financeiras. Essa “mudança” revogaria uma regra que existe desde 2009 (ainda do governo Lula!) que obrigava a uma vigilância mais estreita sobre os políticos e parentes.

São apenas alguns exemplos. Ninguém que defenda a democracia pode aceitar o chamado *lawfare* – o uso da justiça para perseguição política. Condenações sem provas, processos em que leis, jurisprudências e a própria constituição são pisoteados para alcançar o resultado politicamente desejado pelos “investigadores” são próprios de um Estado de exceção. A defesa da democracia exige mais engajamento na campanha “Lula Livre!” dos partidos de esquerda, dos sindicatos e das centrais sindicais, e dos movimentos populares.

4 - A organização do Sindsep-DF e as reivindicações de cada setor em 2019

Ainda no combate contra a ditadura os servidores viram que para se defender era necessária a ampla unidade e que o instrumento mais adequado eram os sindicatos gerais.

Essa unidade logrou importantes vitórias, gerais e parciais – a Lei 8.112; reverter a disponibilidade do Collor; reverter a contratação de servidores pela CLT pretendida por FHC; resistência cerrada a três reformas da Previdência.

Nos governo Lula e Dilma, mandatos que foram produto da

luta geral dos trabalhadores e setores populares oprimidos por direitos, o sindicato manteve-se independente e foi à luta para defender os serviços públicos e os direitos dos servidores, por meio de greves e mobilizações – concursos públicos, aumentos salariais e incorporação de gratificações de desempenho para os aposentados. Contra aqueles que diziam que o sindicato não devia atrapalhar o “nosso” governo.

Hoje, o Sindsep-DF, como entidade filiada à CUT, deve confirmar sua trajetória: independência e autonomia frente a todos os governos e partidos; respeito ao caráter democrático e plural da organização sindical que agrupa trabalhadoras e trabalhadores independentemente de convicção filosófica, credo religioso, filiação partidária para construir a unidade dos servidores do DF em defesa dos seus interesses e reivindicações. Como veio fazendo no turbulento período de ataques aos direitos e à democracia em que o Brasil se encontra.

É preciso, ao mesmo, tempo, fazer uma avaliação realista das condições em que atuam os sindicatos gerais – não apenas o do DF – que não são mais as mesmas.

Para análise da situação do quantitativo de servidores a nível nacional e no DF, preparamos as tabelas abaixo, cujas informações referentes a dezembro de 2016 foram extraídas do Boletim Estatístico de Pessoal do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o qual deixou de ser editado no governo golpista. A partir de junho de 2017, as informações sobre o quadro de pessoal do Executivo Federal passaram a ser disponibilizadas na ferramenta digital “Painel Estatístico de Pessoal”, que não possui informações sobre o efetivo de militares e de servidores do Ministério Público.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES CIVIS E MILITARES DO EXECUTIVO (EM MILHARES)

* INCLUI EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E BANCO CENTRAL

BRASIL	CIVIS	MILITARES	MINIST. PÚBLICO	TOTAL
Ativos	707	364	18	1089
Aposentados ou Reserva	394	154	2	550
Pensionistas	245	144	1	390
TOTAIS	1346	662	21	2029

DISTRITO FEDERAL	CIVIS
Ativos	70
Aposentados ou Reserva	48
Pensionistas	56
TOTAL	174

Hoje, o Sindsep-DF tem 20.000 filiados entre ativos, aposentados e pensionistas, sendo que por várias razões apenas 50% desse quantitativo contribui financeiramente para a entidade. Em novembro, foram realizadas eleições para seções sindicais em que votaram 704 servidores, elegendo 30 seções sindicais e 124 delegados e delegadas sindicais. Apesar de todas as dificuldades e obstáculos encontrados, a iniciativa foi importante, cumpriu o prazo definido estatutariamente, permitiu criar um ponto de apoio nesses 30 locais para a luta dos servidores, mas é necessário abrir a discussão sobre as razões dessa baixa participação para que possamos organizar eleições complementares com melhor resultado.

Estes são os elementos que levantamos para discussão:

- ✓ A eleição da atual direção do Sindsep-DF, realizada em 26 e 27 de abril de 2016, contou com apenas 3.124 eleitores, que representam pouco mais de 15% do total de filiados aptos a votar. Essa eleição ficou *sub-judice* por dois anos e meio porque a chapa derrotada não aceitou o resultado (75,96% contra 24,04%) que ela sequer contestou judicialmente; isso, evidentemente, fragilizou a diretoria eleita;
- ✓ Em consequência, a presença do sindicato dentro de cada local de trabalho, discutindo e interagindo com as questões específicas da categoria foi enfraquecida;
- ✓ A última negociação salarial ocorreu em 2015; de lá até aqui nossa luta foi de resistência aos ataques do governo golpista de Temer e também em defesa da democracia; embora o Sindsep-DF não tenha se furtado a essa luta e tenha estado presente cotidianamente na base, foi uma atividade que se chocou com a permanente campanha jurídico-midiática (leia mais acima) que dificultava o diálogo com a base;
- ✓ É uma evidência que o grosso dos novos servidores concursados no período 2003/2015 não se sentiram atraídos para filiar-se aos sindicatos gerais; em muitos setores, ademais, outros sindicatos foram fundados diluindo e separando a categoria; hoje no DF existem, convivendo com o sindicato geral, as seguintes entidades especifi-

cas, tais como: SINDITAMARATY (Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores); SINAL (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central); SinTBacen (Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central do Brasil); Sindprev-DF (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Distrito Federal); SinAgências (Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação); SINDEPOL (Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Distrito Federal); SindPECPF (Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal); Sindipol/DF (Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal); SinPRF-DF (Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Distrito); SINDIFISCO NACIONAL (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil); Sindpen-DF (Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias); SindPFA (Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários); Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho); ANFFA Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários); ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil); SindFazenda (Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda), além de dezenas de associações que querem atuar em substituição ao sindicato;

✓ Além disso tivemos um grande período (FHC) sem concursos públicos, provocando uma falta de continuidade geracional;

✓ A consequência é que o quadro de filiados entra numa tendência de integrar um número proporcionalmente maior de aposentados do que ativos o que dificulta a mobilização e participação;

A discussão no Congresso certamente levantará outros elementos e propostas para enfrentar o problema e adotar caminhos para fortalecer o Sindsep-DF.

Ao lado de um necessário e imediato recadastramento de filiados, uma campanha de filiação permanente precisa ser organizada com objetivos e atividades voltadas prioritariamente aos novos servidores concursados. A entrada em serviço da van do **Sindsep-DF Itinerante** já é um passo nessa direção. Ao mesmo tempo, precisamos reforçar ainda mais o diálogo político e a mobilização dos aposentados (o que retoma a questão do recadastramento) justamente por ser uma grande parcela da categoria. As Seções Sindicais terão um papel fundamental nesse processo, daí a necessidade das elei-

ções complementares num prazo de 60 dias após o Congresso.

O trabalho em curso de levantamento das reivindicações de cada setor ao lado da luta imediata contra a reforma da previdência também já são pontos de apoio para a intervenção do conjunto da diretoria do sindicato no dia a dia da categoria.

Em relação às alterações estatutárias, precisamos aprovar a criação das Secretarias de Juventude Trabalhadora e de Organização das Seções Sindicais.

5 - Bandeiras gerais de luta

- A defesa dos Serviços Públicos: luta pela revogação da EC-95 e contratação de servidores via concurso público;
- Cumprimento de todos os acordos assinados em 2015;
- Correção salarial com aplicação do índice do DIEESE, referentes as perdas históricas entre 2010 até 2019, incidente também sobre os auxílios alimentação e pré-escolar;
- Extensão dos índices da Lei 13.464/17 (que concedeu reajustes para as carreiras ditas típicas de estado) e da Gratificação de Qualificação (GQ), para todos os servidores públicos federais;
- Aplicação do valor de no mínimo 50% per capita da União para a manutenção dos planos de saúde dos servidores;
- Paridade ativos, aposentados e pensionistas;
- Data-base em 1º de maio e direito de negociação coletiva;
- Revogação da reforma trabalhista;
- Manutenção da política de aumento real do salário-mínimo.

6- Novos serviços

- Estudar a possibilidade de celebrar parceria para disponibilizar aos filiados e seus dependentes legais convênio para tratamento odontológico, inclusive buscando parceria com o Sistema “S”;
- Estudar a possibilidade de celebrar convênio com instituições de ensino superior para disponibilizar aos filiados e seus dependentes legais descontos em cursos de nível superior;
- Estudar a possibilidade de ampliar o contrato com o escritório de advocacia para oferecer aos filiados orientação jurídica na área tributária;
- Estudar a possibilidade de criar uma comissão específica na dire-

ção do sindicato para acompanhar a atuação dos conselhos federais de saúde, educação, previdência social, trabalho e outros de interesse dos servidores, no sentido de levar sugestões e propostas e obter informações sobre as suas resoluções.

Assinam:

- » Ada Regina Nogueira Viana
- » Adriana Maria da Conceição
- » Alexandre Correia
- » Alexandre Ramos de Azevedo
- » Anna Paula Feminella
- » Antônia Ferreira da Silva
- » Antônio Carlos Noletto Gama
- » Antônio do Carmo
- » Aristides Neves da Silva
- » Benedito da Silva Maia
- » Carlos Alberto Fernandes de Alencar
- » Carlos Antônio de Abreu
- » Carlos Henrique Bessa Ferreira
- » Celso Pereira Salgado
- » César Henrique Melchiades Leite
- » Cleusa Maria Cassiano
- » Daniel Cesar Nunes Cardoso
- » Daniel Pereira da Silva
- » Dimitri Assis Silveira
- » Edison Cardoni
- » Eduardo José Mariano
- » Egaz Ramirez
- » Elias Lima Feitosa
- » Enéias Alencar de Araújo
- » Enos Barbosa de Souza
- » Érico Grassi
- » Fernando Martins Machado
- » Francisco Carlos Rodrigues
- » Francisco Chagas Machado Filho
- » Francisco Rodrigues Lima
- » Gabriela Freitas de Almeida
- » Gediel Ribeiro de Araújo Junior
- » Gustavo Vieira Peixoto Cruz
- » Humberto de Oliveira Lopes
- » Irisdeth Maria Assunção do Vale
- » Ismael José César
- » Ivaldelice Pereira da Silva
- » Ivan Fernandes Marinho
- » Ivanildo Francisco de Melo
- » Jailson da Silva Pereira
- » Joalita Queiroz de Lima
- » João Araújo Neto
- » João França Lopo
- » João Luiz Batista
- » João Luiz Horta
- » Joaquim Rodrigues dos Santos Filho
- » José Antônio M. Gonçalves
- » José Carlos Pinheiro
- » José Francisco dos Santos
- » José Moisés Guedes Saraiva
- » José Ribamar Costa Anchieta
- » Juçara Ramos
- » Julia Guedes Frazão
- » Júlio César da Conceição
- » Juvenal Gonçalves de Sousa Lima
- » Laércio Reis
- » Lourdes Batista

- » Márcio da Costa Baptista
- » Maria Gilza Ribeiro Fardin
- » Maria Lícia Moraes Braga
- » Marilda Conceição Ribeiro
- » Mirian Vaz Parente
- » Moisés Alves da Consolação
- » Nestor dos Santos
- » Orisvaldo Pedreira Lopes
- » Oton Pereira Neves
- » Otonio Araujo Lima Júnior
- » Pedro de Alcântara Costa
- » Reginaldo Dias da Silva
- » Reinaldo Felipe dos Santos
- » Rivanda Pereira da Silva
- » Roberto Glauber
- » Valda Eustáquia C. de Souza
- » Vera Lúcia Martins Ramos
- » Zózimo Viana Rocha

Independência de Classe e Resistência Sindical Dignidade para Servidores e Usuários dos Serviços Públicos

O país vem enfrentando uma conjuntura absolutamente adversa à população brasileira, não só em razão da internacional crise econômica; mas, fundamentalmente por ter oportunizado iniciativas políticas do campo inimigo e adversário da classe trabalhadora, possibilitando um golpe jurídico-parlamentar-midiático cujas consequências desembocaram no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, na prisão e impedimento da participação de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais em 2018 e, na vitória eleitoral da direita para Presidência da República.

As modernas sociedades capitalistas ampliaram em muito seu nível de complexidade. Isso significa maior grau de dificuldades para o segmento assalariado diante de um sistema mais integrado e com robustos instrumentos técnicos e ideológicos muito mais afinados com os interesses hegemônicos do capital monopolista. Daí a crise ter unificado e potencializado iniciativas em proporções mais adversas aos interesses populares, em especial aos trabalhadores; assim como em oposição aos interesses da nação brasileira.

Apesar de se reconhecer que o processo de acumulação continua pavimentando um caminho de concentração e centralização de capital, com conseqüente adoção de economia recessiva para os ajustes de crises cíclicas e estruturais;

não se imaginava no Brasil um cerco tão articulado com os poderes econômicos e institucionais como o em curso. Nesta conjuntura a perversidade da crise parece desabar quase que exclusivamente sobre trabalhadores e servidores públicos. Não obstante, tem sido visível o arrefecimento econômico impactando negativamente as pequenas, médias e até empresas com elevado grau de administração de preços.

Em que pese tratar-se de situação não desconhecida de grande parte de ativistas militantes, não se pode deixar de reconhecer que houve um enorme trabalho de engenharia política produzido pela inteligência planetária do sistema dominante, de forma a transformar o denunciamento forjado num instrumento com a intenção de aniquilar o ideário identificado com a classe trabalhadora.

Dessa forma, foram organizadas ações contra iniciativas mobilizadas pelos trabalhadores, buscando neutralizá-las, através de uma campanha que procurou demonizar a esquerda e todas as legítimas organizações de base da classe trabalhadora. Nessa esteira, se coloca uma implacável e permanente perseguição política à principal liderança de oposição a esse projeto de Estado Mínimo e de precarização das relações de trabalho; sem dúvidas Lula tem sido a maior vítima dessa expressão raivosa de intolerância, visto que representa o símbolo da resistência aos conquistados direitos dos trabalhadores e contrário a nefasta política entreguista do patrimônio público.

Amparado em um discurso atrasado e mentiroso, uma a uma, as (re)formas do desgoverno Temer foram sendo aprovadas, sempre na base da barganha, de nomeações com cargos públicos, da transferência indecente de recursos financeiros gerados por pagamento de impostos e taxas (pagamentos esses efetivados por nós contribuintes); sempre à serviço de uma política econômica que somente onera trabalhadores e servidores públicos. Medidas essas, implantadas e a serem implantadas que acumulam na liquidação da previdência social, da saúde e educação públicas; terceirizando e precarizando cada vez mais as relações de trabalho. Não obstante, foi possível a suspensão da votação da Reforma Previdenciária; fundamentalmente, obtida em função da enorme unidade que trabalhadores e movimento popular construíram nessa jornada de lutas.

Como parte dessa estratégia de terra arrasada, o desgoverno usurpador de direitos, comandado por Michel Temer e sua quadri-

lha, ocorre a sucumbência da soberania territorial e falimentar do Estado, submetido às vontades e interesses da economia de mercado, ante o assentimento explícito e implícito dos Poderes Legislativo e Judiciário. Não diferente, o eleito Presidente da República indica o mesmo caminho do desgoverno golpista, em direção ao estado mínimo, com extinção de ministérios e órgão públicos, privatizações e dilapidação de recursos naturais do país, especialmente o subsolo das áreas do pré-sal. A começar com extinção do Ministério do Trabalho, deixando bem nítido sua relação com os trabalhadores.

Não diferentemente tem sido com o Ministério do Meio Ambiente, assim seus órgãos vinculados, destaque para o IBAMA, ICMBio, SFB; eliminando e transferindo competências, num processo que desintegração da área de gestão ambiental. Segue-se em outras áreas como a de cultura, esporte, interesses sociais.

Entretanto, esse falso bonapartismo de Jair Bolsonaro, está submetido a égide dos grandes grupos econômicos multinacionais e sob a liderança do Ministro da Economia, investe contra a nação brasileira, em especial contra as organizações sociais, sob o mantra do combate a violência; estimulando para isso a violência institucional contra pobres, oprimidos e trabalhadores. E, em nome do combate a violência, secundariza às enormes desigualdades sociais patrocinadas pelo processo desigual produzido pela acumulação e sobreacumulação de capital.

A luta dos servidores públicos, em defesa dos seus direitos econômicos, sociais, assim como de seu espaço de trabalho, não pode ser vista desassociada dos interesses da população usuária dos Serviços Públicos, uma vez que reconhece que seus salários e benefícios são obtidos através dos contribuintes, que em última instância se constituem nossos verdadeiros provedores. Lutamos pela melhoria da Saúde Pública, pelo SUS, pela manutenção dos SAMUS; pela educação pública de boa qualidade; pela proteção do meio ambiente urbano e rural; pela melhoria da segurança pública; por investimentos em saneamento básico; por urbanização dos locais de moradia e trabalho; pela manutenção de programas de habitação; pela melhoria da qualidade de vida. Esse é o verdadeiro sentido que damos às nossa campanhas salariais e ao fortalecimento dos Serviços Públicos. Mas, também lutamos em defesa do nosso patrimônio público, das reservas do solo e subsolo nacional; em defesa da democracia e da soberania nacional.

Isso não arrefece a situação de descrédito que vem experimentando os órgãos públicos, não só em razão das baixas que vem sofrendo, principalmente com significativo contingente de aposentados e, os a se aposentar, mas também pela redução dos recursos (financeiros e materiais) destinados à execução de atividades programáticas; mas, fundamentalmente, em razão do desmonte das estruturas de funcionamento e de uma gestão irresponsável; corroborado agora pelas primeiras iniciativas do novo governo eleito em 2018.

Por isso nosso combate a leniência e a forma criminosa de como vem sendo tratadas questões deste segmento econômico. Não podemos compactuar com o desânimo e nem com a desesperança, precisamos soerguer aqueles que estão dispostos a enfrentar esta situação e se pôr em luta para romper a presente realidade em favor do país e de sua população.

Programa de luta e de Unidade dos Servidores e suas Organizações

Tem sido forçoso reconhecer que o Sindicato não seria este instrumento de defesa que hoje temos se não fosse o apoio que tem recebido de seus filiados. São nesses momentos de crise (desmonte dos Serviços Públicos, arrocho salarial, estrangulamento orçamentário, redução de pessoal) que nosso SINDSEP/DF se apresenta como instrumento necessário para se opor a essa política de terra arrasada imposta por um governo autoritário que não tem compromisso com a missão do Serviço Público e muito menos com a população. O resultado das eleições de 2018 não oferece esperanças, os movimentos que o Presidente eleito tem feito não permitem antever futuro; mais do que isso, além da continuidade do desgoverno Temer, há um despropositado esforço para amordaçar as legítimas organizações dos servidores, inclusive na perspectiva da criminalização de suas atividades.

Ao final do ano passado, em 12 de dezembro de 2018, a Direção Executiva do SINDSEP/DF deu posse a cento e vinte e quatro Delegados Sindicais, todos com funções executiva nas Seções Sindicais; um grande aporte de Dirigentes de Base para nossa Entidade, mais que triplicando o então número de dirigentes do Sindsep-DF. Esta condição permite uma enorme capilaridade, podendo ser extensiva ainda mais, uma vez que nem todos os locais de trabalho realizaram

eleições de Delegados Sindicais.

Diante dessa conjuntura adversa como a que vislumbramos, o SINDSEP deve priorizar a realização e a intensificação de pelo menos três atividades de caráter organizacional, uma vez que reconhecemos a importância das Seções Sindicais como estratégica na organização por local de trabalho. Assim propomos:

1- Funcionamento orgânico das estruturas do Sindicato, em especial as Seções Sindicais;

2- Eleições sindicais nos locais de trabalho ainda sem representação do SINDSEP/DF;

3 - Campanha de filiação em todas base do SINDSEP/DF, por ocasião da realização de Assembleias por Locais Trabalho, Atos ou Manifestações, Audiências Públicas; tomando todo o exercício de 2019, como o ano de filiação sindical.

Fica absolutamente claro que centralmente o Sindicato precisa continuar sua política de relacionamento com os movimento sociais, de forma a fortalecer laços de apoio e solidariedade entre trabalhadores e servidores públicos:

1 - Campanha em defesa da democracia;

2 - Em defesa da Soberania Nacional;

3 - Pela liberdade de Lula: para que se faça justiça;

4 - Manutenção e ampliação de territórios dos povos tradicionais;

5 - Contra privatizações e defesa do pré-sal;

6 - Pela revogação da EC 95/2016;

7 - Aumento real do salário-mínimo;

7 - Liberdade de expressão e combate a misoginia, racismo, homofobia e toda a forma de preconceito;

8 - Pela redução das desigualdades sociais e pela geração de emprego;

9 - Contra a continuidade de pagamento do auxílio moradia para judiciário;

10 - Isonomia salarial entre os três poderes;

11 - Defesa de áreas de preservação e conservação do meio ambiente;

12 - Contra o desemprego e a precarização do trabalho;

13 - Contra a Reforma Previdenciária.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF precisa

intensificar suas relações com outras organizações de base do funcionalismo, em particular com outros sindicatos e associações por local de trabalho. Trata-se de uma iniciativa voltada aos interesses dos servidores; na verdade constitui-se numa necessidade visto a dimensão das ameaças que se anunciam.

Verticalmente nossa organização se vincula com a Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais – CONDSEF, nossa entidade nacional de representação do ramo dos servidores públicos federais. Assim como a Central Única dos Trabalhadores – CUT nossa referência nacional do campo classista dos trabalhadores brasileiros. Não havendo dúvidas sobre a importância dessas entidades acima, no que se refere as lutas gerais e específicas dos trabalhadores do serviço público. Não só se constituem em referências, como serão com elas que travaremos as lutas necessárias ao enfrentamento do próximo período.

Não é de hoje que os servidores públicos federais erguem bandeiras sobre a isonomia salarial entre os três poderes; não encontrando nenhuma razão para continuar convivendo com a política salarial diferenciada entre servidores do Judiciário, Legislativo e Executivo. Da mesma forma que não se justifica a existência de diferença entre o tratamento de servidores típicos de estado e os considerados de carreiras gerais. Atualmente todos os servidores são submetidos a avaliação, com responsabilidades que não se diferenciam uns dos outros; portanto, sem justificativa para que queiram perpetuar as diferenças salariais.

O sucateamento dos Serviços Públicos está servindo tão-somente à iniciativa privada. Não faz muito tempo a educação em Escolas Públicas eram respeitadas e de qualidade de ensino, superior as promovidas pela iniciativa privada; professores tinham carreiras; as Escolas Técnicas Federais eram referências na educação; a remuneração obedecia um padrão formativo universal. Atualmente as escolas particulares acenam quase que exclusivamente com a possibilidade do ingresso na Universidades Públicas. Que felizmente ainda mantém seu prestígio como instrumento de formação qualificada para o terceiro grau. Por isso é preciso acabar com o vestibular em Universidades Públicas, garantido o acesso a todos os estudantes egressos de escolas também públicas.

Nessa mesma esteira pode se incluir a saúde, onde a alta com-

plexibilidade basicamente está com os grandes hospitais públicos. As clínicas e hospitais particulares recebem um público, via de regra requerendo procedimentos que a profilaxia bem poderia estar suprindo sua demanda.

Por tudo isso, nossa defesa a saúde e educação públicas, porque não podemos aceitar estes segmentos como mercadorias voltadas à maximização do lucro, onde o indivíduo acaba se tornando um brinquedo na mão de empresários descomprometidos com o bem estar da população. Onde a permanência nos hospitais privados passe a ser uma exigência, uma vez que leitos são investimentos que precisam gerar receitas para se justificar.

O patrimonialismo gerou aberrações do tipo: só ocorre corrupção em órgãos públicos. O que não passa de justificativa para os programas de privatizações. Quando, na verdade, o agente ativo da corrupção é o corruptor; é ele que dispõe dos recursos financeiros capaz de comprar vantagens. Somente as sociedades atrasadas, sem controle, sem participação popular, permite que o agente público possa se locupletar com ganhos financeiros praticando desmandos administrativos.

Por isso, a transparência fiscal, salarial, patrimonial, cartorial, administrativa precisam ser aperfeiçoadas, divulgadas, exercidas permanentemente por qualquer cidadão; visto que todo o agente público tem sua remuneração paga com recursos financeiros gerados pelos contribuintes.

Os usuários também não podem ser separados, a universalização do acesso qualificado à educação e saúde, por exemplo, precisa também se estender em direção ao SUS. Da mesma forma os recursos públicos a saúde, a educação, a segurança precisam ser destinados a Saúde Pública, a Educação Pública, Segurança Pública, aos órgãos ambientais públicos; assim por diante.

Hoje, infelizmente, os recursos financeiros destinados a esses segmentos são em sua grande maioria encaminhados a iniciativa privada. Deixando o segmento público estrangulado por um sistema que a cada dia tem sido prisioneiro de uma lógica ditada por interesses corporativos dos grandes laboratórios multinacionais, clínicas especializadas; deixando a saúde pública para a população mais carente; numa desigual oferta de qualidade de serviço prestados recorrentemente e cruel.

Portanto, para que se possa formar um programa de defesa dos Serviços Públicos será preciso que o espaço por ele ocupado seja valorizado e seus servidores remunerados condignamente. Assim propomos:

- 1 - Contra a extinção de órgãos públicos.
- 2 - Contra a disponibilidade unilateral do servidor;
- 3 - Recursos públicos somente para os segmentos públicos;
- 4 - Concursos públicos, principalmente para o preenchimento de vagas dos aposentados;
- 5 - Concurso Público, para alocação de mão-de-obra em novos hospitais e escolas públicas;
- 6 - Capacitação dos servidores públicos;
- 7 - Fim da política de contingenciamento orçamentário;
- 8 - Implantação da política de intercâmbio internacional para áreas carentes;
- 9 - Manutenção do acesso universal nas áreas de saúde e educação;
- 10 - Defesa do ensino laico, democrático e não constrangedor.

Dar continuidade à Campanha Nacional dos Servidores Públicos Federais, referendando e fortalecendo a pauta encaminhada ao extinto Ministro do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da República Federativa do Brasil, em 12 de fevereiro de 2018. A referida pauta foi encaminhada pelo FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, organismo nacional que reúne vinte e quatro entidades nacionais, entre as quais nossa Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF.

A referida pauta apresentada ao MPOG, **documento em anexo**, reúne material amplamente discutido entre entidades de base e entidades nacionais, representando a quase totalidade dos servidores públicos federais de todo o país. Trata-se de uma peça reivindicatória discutida no transcorrer do exercício de 2017; não obstante, com uma atualidade impressionante. Uma vez que o Ministro do desgoverno golpista de Michel Temer, estava desautorizado em fazer qualquer negociação que importasse em aumento de despesas financeiras.

Apesar de reconhecer a desatualização do índice de reposição salarial, o princípio constitutivo de todo o arcabouço da Pauta de

Reivindicação dos Servidores se mantém; mais do que isso, é a expressão de um momento de unidade do ramo dos servidores públicos, com a produção da melhor elaboração nesses quase trinta anos de organização do trabalhadores do Serviço Público Federal.

Portanto, é uma peça que não pode ser desconhecida dos servidores, assim como base para discussão de um programa de luta, uma vez que não nos livramos, pelo contrário padecemos, diante das enormes ameaças que vislumbramos para o Serviços Públicos e seus servidores.

Brasília, 25 de janeiro de 2019.

Mirian Vaz Parente
Francisco Machado
Eduardo Mariano
Maria de Jesus Santana

SINDSEP/DF 16º CONGRESSO TESE DA DIRETORIA CONTRIBUIÇÃO DO GIND

Conjuntura (Adendo)

As recentes eleições que ocorreram, na Câmara e Senado Federais, retratam o que se viu na eleição presidencial: foram eleitos dois candidatos representantes da ultradireita. Esses dois são do DEM, partido originário da Arena e PFL, os quais apoiaram o golpe em 1964 e fizeram parte da estrutura ditatorial dos militares. Por isso, não foi diferente ao participarem do golpe em 2016, contra o Governo Dilma!

Está claro que as pautas, a serem enviadas pelo Desgoverno Bolsonaro, não terão nenhuma dificuldade para serem colocadas em votação. Afinal, os presidentes dessas Casas Legislativas foram apoiados por Bolsonaro e sua corja!

Esse contexto exigirá um grande esforço, das entidades sindicais e populares, para construir uma unidade das forças populares e sindicais para derrotar todas as medidas que vissem retirar direitos da classe trabalhadora!

Balanco do movimento

É necessário que se faça um balanço do movimento sindical, com muita coerência, para não cair na esparrela de que ‘foi feito tudo que era possível’. Tivemos acertos nos últimos períodos, porém também tivemos erros.

Vamos começar pelos acertos. A CUT, CONDSEF e suas filiadas acertaram no processo de mobilização para derrotar a Reforma da Previdência do Governo Temer. Foi uma vitória

da classe trabalhadora e suas organizações.

Em contrapartida, as entidades descuidaram das pautas específicas dos trabalhadores do serviço público federal. Desde 2017, não se faz uma campanha salarial de fato, consistente, que apresentasse uma pauta de reivindicações ao governo e construísse a mobilização e o envolvimento da categoria. Sem isso, é o mesmo que não haver campanha salarial. Neste sentido, a CONDSEF e suas filiadas pecaram. Tal situação trouxe prejuízos à categoria que convive sem reajuste desde 2017. Sem falar que não existe mais Mesa de Negociação, uma vitória do movimento, que as entidades deixaram sair por entre os dedos!

Se faz necessária uma forte campanha salarial, com a categoria envolvida. As direções têm que discutir com sua base a campanha salarial e mobilizar, se necessário for, para uma greve do serviço público federal, não há tempo para indecisões! O momento é de agir!

Temos que aprovar, no 16º Congresso do SINDSEP/ DF, um Plano de Lutas que garanta o lançamento da Campanha Salarial e um Calendário de Lutas, com Marchas a Brasília, atos nos estados e um indicativo de greve para a primeira quinzena de abril!

A hora é lutar e avançar nas reivindicações! Greve já no serviço público federal! Em defesa das reivindicações, nenhum direito a menos!

PLANO DE LUTAS - BANDEIRAS DE LUTA:

a)Defesa da democracia e da classe trabalhadora; mais direitos e menos direita; **b)**Manter a CUT, a CONDSEF/FENADSEF e suas filiadas independentes de todo e qualquer governo, patrões e partidos políticos; liberdade e autonomia sindical; **c)**Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; **d)**Apoio irrestrito aos movimentos grevistas dos trabalhadores; pelo direito de greve; **e)**Implantação do salário mínimo de acordo com o índice do DIEESE, reajustando de acordo com a inflação; **f)**Política de moradia para atender a todos os trabalhadores; **g)**Reestatização das empresas já privatizadas e mais nenhuma privatização; **h)**Defesa do meio ambiente; **i)**Pagamento da dívida externa condicionado à Auditoria Cidadã da Dívida Pública; **j)**Aprovação do Imposto sobre as grandes fortunas; **k)**Revisão da Tabela do Imposto de Renda; **l)**Aprovação das Reformas Estruturais (Reforma Agrária, Reforma Tributária, Refor-

ma Política e Democratização da Mídia); **m)**Fim do Financiamento Empresarial de Campanha Eleitoral; **n)**Apoio irrestrito a todas as lutas que têm como bandeira o fim do Sistema Capitalista; **o)**Contra qualquer reforma que retire direitos dos (as) trabalhadores (as); **p)**Contra o Plano do Governo Temer de Ajuste Fiscal, de Reforma do Ensino Médio e do Desmonte do Estado.

PLANO DE LUTAS- RETIRADA DE PROJETOS DE

LEI e MP: PLS 327/14 – Inviabiliza por completo a possibilidade de greve no serviço público e ainda omite a possibilidade de negociação coletiva; **PLP 92/07** – Transfere para o setor privado áreas que são de responsabilidade do Estado, tais como: saúde; educação; segurança pública etc.; **PLP 248/98** – Abre um perigoso precedente para demissão de servidores públicos baseada em suposta “insuficiência de desempenho”, a qual está atrelada às Avaliações de Desempenho; **PL 4.330/04** – Amplia as terceirizações e provoca a precarização dos direitos trabalhistas e dos salários; **MP 664 e 665/14** – Dificultam o acesso do trabalhador a uma série de benefícios previstos na CLT; **PLS 432/13** – Promove retrocesso nas conquistas dos trabalhadores com a chamada PEC do Trabalho Escravo; **PLP 257/2016**- Propõe Reforma Fiscal com alongamento da dívida dos estados e Reforma Administrativa com Política do Estado Mínimo e retirada de direitos; **PEC 241/2016**- Institui “Novo Regime Fiscal” que limita gastos públicos por 20 anos.

PLANO DE LUTAS- APROVAÇÃO DE PROJETOS DE

LEI e PEC: PEC 555/06 – Fim da contribuição previdenciária de aposentados/ pensionistas do serviço público que já contribuíram para a Previdência durante a vida laboral; **PEC 434/14** – Garante provento integral para servidor aposentado por invalidez; **PEC 34/07** – Estabelece critérios de concurso interno para ascensão funcional na Administração Pública; **PL 5.261/13** – Regulamenta a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – estabelecendo o princípio da negociação coletiva para os trabalhadores do setor público; **PEC 271/13** – Estabelece a isonomia nos benefícios entre os Três Poderes; **PL 8.178/14** – Proíbe o assédio moral no serviço público, tornando-o passível de demissão;

PL 5.709/13 – Anistia as horas da greve de 2012 e assegura a contagem do período como tempo de serviço e de contribuição para todos os efeitos; **PL 4.786/12** – Reabre prazo para os demitidos do Governo Collor apresentarem requerimento administrativo de retorno ao serviço público (Lei 8.878/94); **PL 4.293/08 e 7.546/10** – Anistiam e reintegram os PDVISTAS estatutários e celetistas que aderiram ao PDV (Plano de Demissão Voluntária) do Governo FHC; **PL 2295/2000** – Redução da carga horária da enfermagem, sem redução dos vencimentos, para 30 horas semanais. **(LEGENDAS: MP – Medida Provisória; PEC – Proposta de Emenda Constitucional; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PLS – Projeto de Lei do Senado).**

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES - REIVINDICAÇÕES GERAIS:

a) Equiparação com a Lei 12.277/10 para todos os trabalhadores que estão com a remuneração abaixo dos cinco cargos específicos (NS, NI e NA); **b)** Defesa do Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 na Administração Pública Federal, com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos (as) trabalhadores (as); **c)** Regulamentação da Negociação Coletiva na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal; **d)** Pelo fim do Imposto Sindical; **e)** Contra o assédio moral nos locais de trabalho; **f)** Instituir gratificação de qualificação (GQ) e retribuição de titulação (RT) para todos os setores que ainda não tem esse direito; **g)** Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; **h)** Índice de reajuste linear que reponha a inflação do período; **i)** Cumprimento, por parte do governo, dos acordos, protocolos e memoriais de intenções firmados entre o governo, CONDSEF/FENADSEF e a CUT; **j)** Cumprimento do Mandado de Injunção 880/09, na sua íntegra; **k)** Abertura de concurso público; **l)** Reajuste dos benefícios pelo maior valor pago no Serviço Público Federal; **m)** Definição da data base (1º de Maio); **n)** Implantação do turno ininterrupto de 6 horas, sem redução de salários, para os servidores que fazem atendimento ao público e do turno de 7 horas ininterruptas, com uma hora de sobreaviso, para aqueles que não fazem atendimento ao público; **o)** Descentralização das políticas do governo com fiscalização e acompanhamento de todos os convênios por servidores efetivos.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES TEMÁTICAS: ASSUNTOS APOSENTADORIA

a)Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas: Com a criação das gratificações de desempenho ou de produtividade, o governo vem sistematicamente burlando esse princípio constitucional, portanto é necessária a reversão dessa política; **b)Aposentadorias por Invalidez e Compulsória:** Depois da Emenda 41, de 31/12/2003, essas aposentadorias passaram a ter uma nova redação que acaba com o princípio da paridade, utilizando, como nova forma de cálculo dos proventos, a média aritmética das 80 maiores contribuições recebidas pelo servidor, a partir de julho de 1994. Então, reforçar a luta da CONDSEF/FENADSEF e suas filiadas pela aprovação da PEC 434/14 que garante provento integral para o servidor que se aposentar por invalidez; **c)Aposentadoria Especial:** mais uma questão que o governo vem empurrando com a barriga. Também reforçar a luta da CONDSEF/FENADSEF e filiadas pelo reconhecimento desse direito aos trabalhadores que exerçam as suas atividades em áreas sob a ação de agentes nocivos à saúde ou à integridade física.; **d)Lutar por mudança do formato** de aposentadoria no tocante à gratificação de desempenho, levando a média dos últimos cinco anos dos pontos para a aposentadoria; **e)Lutar por políticas públicas de preparo à aposentadoria** dos trabalhadores do serviço público federal, com a participação das entidades sindicais; **f)Lutar por políticas públicas de sensibilização e conscientização** dos trabalhadores do serviço público e da sociedade em geral quanto à questão dos abusos contra pessoas idosas e a necessidade de tratá-las com respeito, gratidão, dignidade e consideração.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES TEMÁTICAS- ANISTIADOS E REINTEGRADOS DA LEI 8.878/94:

a)Tabela única de remuneração, com Reestruturação acrescentando quatro padrões; **b)Enquadramento dos reintegrados no RJU-** Lei 8.112/90, com garantia dos anuênios, reconhecendo o tempo que ficou fora da administração; adoção dos mesmos procedimentos concedidos aos servidores do RJU (licença médica; gratificações; benefícios; férias; horas extras, diárias; insalubridade; periculosidade); **c)Reenquadramento dos servidores desviados de função;** **d)Pagamento dos benefícios alimentação** (auxílio alimentação de R\$

799,00; pagamento de cesta natalina no mesmo valor do auxílio alimentação, extensivo aos servidores afastados por motivo de doenças profissionais, acidente de trabalho, auxílio doença e licença maternidade); **e)** Reajuste do auxílio saúde no valor de R\$ 650,00.; **f)** Reajuste do auxílio pré-escolar no valor de R\$ 312,00; **g)** Concessão do vale-cultura, conforme Lei 12.761/12; **h)** Auxílio educação: de R\$ 560,00 (servidores e dependentes até 18 anos de idade); **i)** Capacitação profissional anual; **j)** Garantia da liberdade e autonomia sindical: atuação no local de trabalho dos dirigentes indicados pelas entidades; abono do dia se convocado pelo sindicato por escrito; liberação de espaço no local de trabalho para atividade sindical; **k)** Os servidores em exercício em outro órgão só poderão ser devolvidos ao seu órgão de origem, se a pedido ou quando justificados os motivos.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES TEMÁTICAS- IGUALDADE DE OPORTUNIDADES:

a) Efetividade de Políticas Públicas no combate: à violência contra a mulher, crianças e adolescentes; à violência doméstica; à violência sexista no local de trabalho; **b)** Aplicação efetiva da Lei Maria da Penha; **c)** Ampliação da rede de creches e da escola pública de tempo integral; **d)** Campanhas de valorização da imagem social da mulher; **e)** Ampliação dos direitos sociais voltados para a maternidade, formação profissional, acesso à saúde preventiva e curativa, proteção à infância, à adolescência e à juventude; **f)** Contra o fator previdenciário e a retirada de direitos da Previdência Social; **g)** Fortalecimento das políticas existentes pelo reconhecimento do trabalho do lar realizado pelas mulheres, assim como o cuidado familiar; **h)** Formação das mulheres para o debate, conscientização e a prática de liberdade e autonomia sindical; para ocupação dos espaços de poder no trabalho, no sindicato, na política, na vida; **i)** Realização de ações afirmativas de resgate de cidadania de negras e negros; **j)** Contra qualquer política discriminatória que afete a igualdade de oportunidades no serviço público, com viés de gênero, raça, geração e orientação sexual; **k)** Tratamento da temática da juventude como ponto permanente e inclusivo no cotidiano do movimento sindical, para não ser mero acessório e sim protagonista; **l)** Combate a formas de utilização da juventude como força de trabalho “descartável”, com precarização e desigualdade salarial; **m)** Efetividade de acordos e convenções inter-

nacionais que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica, religiosa, de gênero, de orientação sexual ou de juventude; **n)** Acompanhamento da agenda legislativa para defender direitos dos trabalhadores e trabalhadoras LGBT; **o)** Democracia nas Instituições públicas de educação para efetiva participação de mulheres, negros, jovens e LGBT; **p)** Contra o projeto de Lei “Escola sem partido”; **q)** 10% do PIB para educação.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES- SETORIAIS ESPECÍFICAS:

I-Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho: **a)** Elaborar propostas para saúde dos servidores, sobretudo os acometidos de intoxicação por uso permanente de inseticida; **b)** Reestruturação da Carreira, com gratificação de qualificação; **c)** Reajuste da GACEN pelo INPC anual e extensão para os servidores que ficaram excluídos; **d)** Criação da gratificação indigenista para servidores da SESAI; **e)** Governo convocar todos os funcionários do Ministério da Saúde e FUNASA, ativos e aposentados, que lidaram ou trabalham com inseticidas, para realização de exames específicos e periódicos de saúde;

II-Plano Geral de Cargos do Poder Executivo: **a)** Equalização Salarial dos três níveis conforme percentual dado aos cinco Cargos de Infraestrutura (PL 5.920/09) e demais reajustes já concedidos, após essa Lei; **b)** Reestruturação do Plano Geral; Instituir gratificação de qualificação;

III-Plano Especial de Cargos/ Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM: **a)** Revisão das Carreiras e Plano Especial de Cargos; **b)** Transformação do DNPM em Agência Reguladora;

IV-Carreiras do INCRA: **a)** Reestruturação das Carreiras do INCRA; Equiparação com a tabela salarial do IBAMA; **b)** Instituição de adicionais de titulação e de incentivo à qualificação aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do INCRA;

V-Plano Especial de Cargos/ Cultura: **a)** Instituição de adicionais de titulação e de incentivo à qualificação aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Cultura; **b)** Reestruturação do PEC;

VI-Carreiras e Plano Especial de Cargos/ Meio Ambiente e IBAMA: **a)** Reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA); **b)** Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA);

VII- Carreiras das Agências Reguladoras: **a)** Revisão das carreiras aplicáveis às agências reguladoras, objetivando a constituição de

uma só carreira; **VIII-Servidores da Secretaria do Patrimônio da União:** a) Plano de Carreira; **IX-Carreiras e Plano Especial de Cargos/ DNIT:** a) Reestruturação das carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT; **X-Plano de Carreiras e Cargos da Tecnologia Militar:** a) Reestruturação da tabela remuneratória; b) Inclusão no PCCTM de todos os servidores civis lotados em organizações de tecnologia militar; c) Extensão da Lei 12277/10 para todos os servidores que não estão lotados em organizações de tecnologia militar; **XI-Servidores do PECFAZ - Ministério da Fazenda:** a) Revisão do plano e elaboração de uma carreira; b) Isonomia com a tabela do seguro social; c) Instituir as gratificações de qualificações para os três níveis (NS, NI e NA); **XII-Servidores do Quadro de Pessoal da AGU:** a) Plano de Carreira; **XIII-Servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, não integrantes de carreiras ou planos especiais estruturados:** a) Instituir Plano de Carreira para os Servidores Administrativos do MAPA; **XIV-Servidores das Estruturas Funcionais da Ciência e Tecnologia (INPI e INMETRO):** a) Reestruturação da Tabela Remuneratória; **XV-Servidores da FUNAI:** a) Estruturação do Plano de Carreira Indigenista; **XVI-Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro:** a) Enquadramento dos servidores egressos do PCC e PGPE na Carreira da Ciência & Tecnologia; **XVII-Servidores do PEC da Polícia Rodoviária Federal:** a) Restabelecimento do pagamento da GDAR; b) Reestruturação do PEC; **XVIII-Servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário:** a) Tratamento funcional idêntico ao dispensado aos servidores do INCRA, com enquadramento na Carreira de Desenvolvimento Agrário; **XIX-Servidores da FUNASA:** a) Criação e Estruturação da Carreira de Saneamento Básico e Saúde Ambiental; **XX-Servidores do DNOCS:** a) Reestruturação do DNOCS, com a criação de um plano de carreira para os servidores do órgão; b) Abertura de Concurso Público; **XXI-Servidores da Rede Federal de Educação:** a) Docentes do Ensino Básico Federal migrarem para a carreira do EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; b) Técnico-Administrativos do PGPE- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo migrar para a carreira do PCCTAE – Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação; c) Abertura de termo de opção dos Docentes do PURCRE/EBTT, e Ex-Territórios; d) RSC para técnico-administrativos e aposentados; e) Paridade na participação

dos conselhos consultivos; **f)** Reativação da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira e inserção da CONDSEF nos espaços nacionais de negociação com o Governo; **g)** Lutar pela aprovação da PEC 111- enquadramento dos servidores dos ex- territórios e efetivação do vínculo empregatício/ funcional com a União; **XXII-Empregados públicos da EBSEPH:** **a)** Reestruturação de todos os hospitais universitários do país, visando uma melhor assistência à população brasileira e melhores condições de trabalho; **b)** Cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da EBSEPH em toda sua íntegra; **c)** Implantação do Plano de Cargos e Salários dos empregados da EBSEPH, com correção das distorções; **d)** Equiparação da tabela salarial dos empregados administrativos com a tabela da EMBRAPA; **e)** Implantação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade para todos os empregados da EBSEPH; **f)** Viabilização do direito do duplo vínculo, conforme a Constituição Federal

Proposta de contribuição ao Congresso do SINDSEP-DF

O governo Bolsonaro é a continuidade do golpe iniciado em 2016, retirando da Presidência da República a Presidente Dilma Rousseff que não cometeu qualquer tipo de crime. O objetivo dos golpistas era trocar o governo para aplicar a agenda que foi derrotada nas urnas. Em que pese as opções pró-mercado no início do seu segundo mandato, como a indicação de Joaquim Levy para comandar o Ministério da Fazenda (levando a vaca tossir antecipadamente), editando medidas impopulares, a exemplo do aumento de impostos e mudanças que dificultaram o acesso ao seguro desemprego. No entanto, não a golpearam por isto, e sim para ter mãos livres para aplicar um projeto contra o povo e a nação.

Temer, o impostor, assume comprometido com o programa do PMDB intitulado “uma ponte para o futuro”, que na verdade nos trouxe ao abismo, representado pelo atual governo. As medidas assumidas por Temer são para contemplar os financiadores do golpe, ou seja, os banqueiros, empresários e especuladores, a começar pela aprovação do da Emenda Constitucional 95, que prevê, durante 20 anos, que as despesas primárias do orçamento público ficarão limitadas à variação inflacionária do ano anterior. Na prática inibe os investimentos públicos e congela o salário dos servidores pelas duas décadas. Em seguida foi aprovado o PL 4302, que permite a terceirização em todas as áreas de atividades. E para sacramentar a ofensiva contra o povo, aprova-se a reforma

trabalhista (Lei 13.467/17), que abre possibilidade de ampliação da jornada de trabalho, a prevalência do negociado sobre o legislado, o trabalho intermitente, a dificuldade do acesso a justiça do trabalho, entre outras maldades.

Logo que assumiu, Bolsonaro defendeu o aprofundamento da reforma trabalhista, num claro deboche aos trabalhadores, afirmou que é muito difícil ser patrão no Brasil. Para ele, as leis trabalhistas atrapalham a exploração da mão de obra pelo patrão, é necessário chegar quase a informalidade, disse para uma plateia de parlamentares. E como se não bastasse tantos ataques em tão curto tempo, o Ministro Paulo Guedes da Fazenda quer votar em tempo recorde a reforma da previdência, caso aprovada líquida com a previdência pública no Brasil.

Mas para conseguir este objetivo eles necessitam retirar do caminho todos os obstáculos. Tentam aproveitar a Lei Antiterrorismo, sancionada infelizmente por Dilma, para incluir os sindicatos e movimentos sociais, tornando a luta por direitos um crime no Brasil. A forma como foi alterada a contribuição sindical na reforma trabalhista, sem garantir um prazo de transição, e dificultando a cobrança por parte dos sindicatos de outras contribuições é um outro entrave posto no trajeto. No caso do Sindicato dos Servidores Públicos Federais – SINDSEP, que sempre teve a sua sobrevivência através da contribuição voluntária de seus filiados, esta alteração da lei nos trará pouca influência. Mas o fato concreto é que a cada novo dia, irão dificultar a cobrança devida nos órgãos e ministérios, e criarão artimanhas para coibir o desconto em folha.

Um outro aspecto é que as condições de vida da categoria tendem a piorar enquanto perdurar a famigerada Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos públicos), que precisa ser revogada e deve estar no centro de nossa luta. No entanto até que isto aconteça, é necessário que busquemos formas que assegurem a filiação de novos filiados ao sindicato, e que assegurem a sustentação financeira da entidade. Não tenhamos dúvidas que o governo Bolsonaro, que já eliminou uma série de órgãos públicos, preparará uma reforma administrativa que terá o objetivo de diminuir os gastos com pessoal, traduzindo na diminuição de novos servidores (fim dos concursos), e corte nos direitos dos atuais funcionários.

Necessitaremos mais do que nunca de uma direção compro-

metida e consciente do seu papel, o que estará em jogo, para além da própria existência do sindicato, é a existência do serviço público. E para fazer este enfrentamento precisamos de um sindicato ainda mais forte, e enraizado na base: onde houver um ataque, deverá haver uma resposta à altura!

Para tanto, estamos propondo algumas medidas que julgamos importantes serem adotadas, e aprovadas neste Congresso do SINDSEP-DF.

1) **Aposentados:** A realidade é que hoje grande maioria de nosso quadro de associados é formada por servidores/as aposentados ou pensionistas. Contingente este que pode ser aumentado, visto que muitos deixaram as fileiras do sindicato, e muitos outros, se quer um dia foram filiados. Neste sentido propomos:

a) **Realização de assembleias e reuniões com frequência** (no mínimo uma vez por mês) nos locais de moradia dos aposentados e pensionistas, utilizando os espaços comunitários das cidades satélites e Plano Piloto: igrejas, espaços comunitários, salões de festas, clubes. Com a presença de diretores e advogados para explicar as ações do sindicato e motivá-los para participar de nossa agenda de luta e mobilização

b) **Realização de encontros anuais de aposentados e pensionistas** (de preferência em locais agradáveis) com intuito de colocá-los a par da conjuntura política, fazer formação, e construir laços de comprometimento com o sindicato.

c) **Campanha de filiação dirigida aos aposentados**, com cartilha e material específico.

d) **Criar o espaço do aposentado no SINDSEP** com TV, jogos, instrumentos musicais, e lanches.

2) **Juventude:** A criação de uma Secretaria da Juventude no sindicato foi um importante avanço de interlocução com este setor. Uma parte considerável da base do SINDSEP é formada por jovens que não se identificam com a linguagem e a forma de comunicação do sindicato. Para além de se ver representada a juventude quer ter voz e vez, e muitas vezes são tolhidas por dirigentes que se acham os “donos do

sindicato”. Sugiro incluir aqui as bandeiras da Secretaria de Juventude do SINDSEP (Que a Secretaria de Juventude do SINDSEP elabore uma proposta: Dimitri/Gabriela)

3) **Fusão de Sindicatos:** O SINDSEP surgiu em 1987 como um sindicato geral de todos o funcionalismo público federal (executivo, judiciário e legislativo). Com a Constituição de 1988 e a garantia do direito a sindicalização dos servidores, surgiram vários outros sindicatos, só no Distrito Federal há centenas de sindicatos que representam ou dizem representar os servidores. Ou nos juntamos todos contra o mesmo patrão, ou seremos diminuídos e divididos ainda mais. Que este Congresso autorize a diretoria do SINDSPE a abrir o diálogo com outras entidades representativas dos servidores federais, no sentido de propor e organizar a fusão entre os sindicatos. De imediato estamos proponho o início do diálogo com o SINDPREV, SINTFUB, SindItamaraty, SindBacen e SINDAgências. Propomos ainda uma campanha de filiação de todos os terceirizados (já previsto em nosso estatuto) que cumpram atividades administrativas no serviço público federal , isto em acerto com a direção da CUT Brasília.

4) **Convênios:** A realidade nos impõe novas modalidades de atrair sócios, sem obviamente desviar o foco que o papel do sindicato é a defesa intransigente dos direitos da categoria. Em nossa base há muitos servidores que potencialmente poderiam se associar, mas não enxergam motivação para isto. Uma forma de atrair estes companheiros/as seria a instituição de convênios com associações, clubes, escolas e faculdades, atividades culturais, esporte, turismo, restaurantes, farmácias e hospitais. Para tanto, é necessário constituir um departamento profissional no âmbito do sindicato, para tratar exclusivamente deste assunto.

Sugestão de moção para as assembleias de base

Nós, do _____, reunidos em assembleia do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF - Sindsep-DF, no dia ____ do _____ do ano de 2019, nos dirigimos à Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT, à qual somos filiados, para afirmar a disposição de nossa categoria de participar de uma necessária greve geral para barrar os ataques aos nossos direitos – **que são inegociáveis – promovidos** pela proposta de “reforma” da Previdência do governo Bolsonaro.

Não aceitamos que mexam na nossa Previdência, seja com introdução de idade mínima, seja com aumento de alíquota de contribuição dos trabalhadores, aumento de tempo de contribuição ou capitalização individual. Propomos que a CUT inicie de imediato um processo de preparação da greve geral para derrotar esse ataque aos nossos direitos e ao regime de Seguridade Social público e universal.

**ATA DA ASSEMBLEIA ELETIVA DO
16º CONGRESSO DO SINDSEP-DF**

Aos ____ do mês de _____ de dois mil e
dezenove, às ____ horas, teve início a assembleia
dos servidores do _____, que
contou com a presença de ____ filiados, conforme
lista de presença anexa. Tendo como pauta:

- Eleição de delegados ao 16º Congresso do
Sindsep-DF;
- Encaminhamentos.

A assembleia elegeu ____ Delegados
(a) ao 16º Congresso do Sindsep-DF, a seguir
relacionados:

E os seguintes Suplentes/Observadores:

ANEXO II

Nada mais tendo a relatar, eu _____
_____, representante do Sindsep-DF, dei por
encerrada a assembleia e assinei a presente Ata.

Assinatura



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 07/01/2019 | Edição: 4 | Seção: 3 | Página: 117

Órgão: Ineditoriais/SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL

ANEXO III

Edital de Convocação 16º Congresso do Sindsep-DF

De acordo com os artigos 62, 63, 64 e 79 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF), fica convocado o 16º Congresso do Sindsep-DF para os dias 14, 15 e 16 de março de 2019 com a seguinte pauta:

- 1) Conjuntura política nacional e internacional;
- 2) Perspectivas da organização sindical do funcionalismo público;
- 3) Avaliação da Campanha Salarial 2018 e proposta da Campanha Salarial 2019;
- 4) Plano de Luta;
- 5) Alteração estatutária.

O Congresso será realizado no Auditório Francisco Zóccoli, sede do Sindsep-DF, localizado no Setor Bancário Sul, quadra 1, bloco K, Edifício Seguradoras, 17º andar, Brasília-DF. Os delegados com direito a voz e voto serão eleitos em assembleias de filiados por local de trabalho, na proporção de um (1) delegado para cada cinco (5) filiados presentes, com fração de três (3). A condição para votar e ser votado nas assembleias

é estar filiado até o dia da realização da referida assembleia. O filiado só poderá participar de uma única assembleia com direito a votar e ser votado. As assembleias serão convocadas e conduzidas pela Diretoria do Sindsep-DF no período de 28 de janeiro a 1º de março de 2019 e só terão validade quando previamente divulgadas pelo Sindsep-DF no jornal Esplanada Geral ou no site do sindicato, para tanto a data de realização da assembleia deve ser informada à Secretaria-geral com, no mínimo, 24 horas de antecedência. Os membros da Diretoria Executiva são delegados natos (Art. 63). Serão objeto de debate e deliberação no 16º Congresso do Sindsep-DF as contribuições dos filiados, digitadas com um máximo de 10 (dez) laudas, entregues até o dia 25 de janeiro de 2019, às 18 horas, na Secretaria-Geral do Sindsep-DF, em mídia digital ou por e-mail (geral@sindsep-df.com.br).

Brasília, 03 de janeiro de 2019.

Oton Pereira Neves
Secretário-Geral do Sindsep-DF

*** Publicado em 3/01/2019 no site do sindicato**

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E CONSELHO FISCAL GESTÃO 2018/2021

SECRETARIA-GERAL
COORDENADOR: Oton Pereira Neves
- M. Saúde
ADJUNTOS: Carlos Henrique Bessa
Ferreira - Funasa
ADJUNTO: Antonio Clarete de
Azevedo - MJ

**SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E
PATRIMÔNIO**
COORDENADOR: Pedro de Alcântara
Costa - Ibama
ADJUNTO: Márcio da Costa
Baptista - MP

SECRETARIA DE FINANÇAS
COORDENADOR: Benedito da Silva
Maia - MP
ADJUNTO: João Araújo Neto - AGU
ADJUNTO: Zózimo Viana Rocha - IN

SECRETARIA DE FORMAÇÃO
COORDENADORA: Mirian Vaz
Parente - Ibama
ADJUNTO: Francisco Chagas
Machado Filho - Ibama
ADJUNTO: Maycon Firmino
Chagas - INSS

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
COORDENADOR: João França
Lopo - MEC
ADJUNTO: Reinaldo Felipe dos
Santos - M.Fazenda
ADJUNTO: Antônio Carlos Noletto
Gama - Mapa

**SECRETARIA DE FILIAÇÃO E
POLÍTICA SINDICAL**
COORDENADORA: Valda Eustáquia C.
de Souza - HFA
ADJUNTO: César Henrique Melchhiades
Leite - Funasa
ADJUNTO: Irisdeth Maria Assunção
do Vale - MP

**SECRETARIA DE APOSENTADOS E
SAÚDE DO TRABALHADOR**
COORDENADOR: Maria Lícia Moraes
Braga - MPS
ADJUNTO: Ivaldelice Pereira da
Silva - MPS
ADJUNTO: Maria Gilza Ribeiro
Fardin - Comaex

**SECRETARIA DE MOVIMENTOS
SOCIAIS, CULTURA, RAÇA E ETNIA**
COORDENADOR: Francisco Rodrigues
Lima - AGU

ADJUNTO: Francisco Carlos
Rodrigues - FNDE
ADJUNTO: Eduardo José Mariano
- Cindacta

**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E
IMPRENSA**
COORDENADOR: Gedieli Ribeiro de
Araújo Junior - MDS
ADJUNTO: Fernando Martins
Machado - Funasa
ADJUNTO: Joaquim Rodrigues dos
Santos Filho - Inkra

**SECRETARIA DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICO E EMPRESAS PÚBLICAS**
COORDENADOR: Joalita Queiroz de
Lima - Conab
ADJUNTO: Aristides Neves da Silva
- M. Saúde

**SECRETARIA DE RELAÇÕES
INTERSINDICAIS E PARLAMENTARES**
COORDENADOR: João Luiz Batista - Abin
ADJUNTO: José Francisco dos
Santos - MJ
ADJUNTO: Expedito Carneiro
Mendonça - Funasa

SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA
COORDENADORA: Adriana Maria da
Conceição - HFA
ADJUNTO: Maria Fátima das
Graças Reis Duarte - MEC
ADJUNTO: Ivanildo Francisco de
Melo - Funasa

DIRETORES EFETIVOS DA DIREÇÃO
Dimitri Assis Silveira - MEC
Gabriela Freitas de Almeida - INEP
Otonio Araujo Lima Júnior - HFA

DIRETORES SUPLENTE DA DIREÇÃO
Carlos Antônio de Abreu - MME
Júlio César da Conceição - M.
Fazenda
José Antônio M. Gonçalves - MME

**MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO
FISCAL**
Enos Barbosa de Souza - Conab
Juvenal Gonçalves de Sousa
Lima - ENAP
Julia Guedes Frazão - Funarte

**MEMBROS SUPLENTE DO
CONSELHO FISCAL**
Reginaldo Dias da Silva - Comaer
Moisés Alves da Consolação - Mapa
Antônia Ferreira da Silva - Funasa



Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF

**SBS Qd. 01 Bloco "K" - Ed. Seguradoras - 3º, 16º e
17º andares - CEP: 70 093-900 Brasília/DF**

Tel.: (61) 3212 1900

Whatsapp: (61) 9.9812-8060

Fax: (61) 3225 0699

E-mail: geral@sindsep-df.com.br

Website: www.sindsep-df.com.br

Facebook: [sindsep-df](https://www.facebook.com/sindsep-df)

Twitter: [@sindsepdf](https://twitter.com/sindsepdf)

**Sindsep-DF
Brasília-DF, 2019**